

OFÍCIO**Ofício 86ª ZE n.º 024-24**

Pederneiras/SP, 27 de junho de 2024

Procedimento administrativo n.º 63.0370.0000328-2024-0

Ilmo. sr. Secretário,

Pelo presente, na qualidade de Promotora de Justiça da 86ª Zona Eleitoral; encaminho a Recomendação n.º 02/2024, anexa, para ciência; solicitando a vossa senhoria que comunique as Secretarias Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelo Município.

Sem mais para o momento, renovo a vossa senhoria meus protestos de elevada estima e distinta consideração. Atenciosamente,

Roseny Zanetta Barbosa
Promotora de Justiça da 86ª Zona Eleitoral

Ao ilustríssimo senhor

Daniel Massud Nachef**Secretário Municipal de Negócios Jurídicos de Pederneiras/SP**

Rua Siqueira Campos, n.º S-64 – Centro

17280-065 – Pederneiras/SP

E-mail: juridico@pederneiras.sp.gov.br; dnachef@pederneiras.sp.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **ROSENY ZANETTA BARBOSA, Promotora de Justiça**, em 05/07/2024, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **13674767** e o código CRC **5B986182**.

RECOMENDAÇÃO**RECOMENDAÇÃO N.º 02/2024**

O representante do Ministério Público Eleitoral nesta zona, no uso de suas atribuições legais e na forma como dispõem os arts. 37, § 1º e 127 da Constituição Federal, Lei Complementar Federal nº 75/93; Lei Federal nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); Lei Federal nº 9.504/97 (Lei das Eleições) e demais disposições legais aplicáveis à espécie, e;

CONSIDERANDO ser atribuição legal do Ministério Público expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 6º, inciso XX da LC 75/93);

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127 da CF/88), como também o acompanhamento de todas as fases do processo eleitoral (art. 72 da Lei Complementar Federal n. 75/93);

CONSIDERANDO que a democracia pressupõe liberdade e autonomia do eleitor na escolha de seus candidatos;

CONSIDERANDO que o abuso do poder econômico e do poder político, como também o uso indevido dos veículos e meios de comunicação social constituem expedientes que atentam contra a isonomia de oportunidades dos candidatos e contra a liberdade de escolha dos eleitores, afetando a normalidade e a legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que o artigo 39, § 7º da Lei n.º 9.504/97 veda a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral;

CONSIDERANDO finalmente, que a utilização de festas de grande porte com a participação da população em geral como, por exemplo, aniversário do município, festa do(a) padroeiro(a), carnaval fora de época, vaquejada, exposição agropecuária etc, para promover candidatos ou partidos caracteriza abuso de poder econômico ou político, dependendo da origem dos recursos utilizados para custeá-la, sujeitando o seu responsável ou beneficiário à cassação do registro ou do diploma, além de inelegibilidade para as eleições que se realizarem

nos oito anos subsequentes nos termos do artigo 22, inciso XIV, da Lei Complementar n.º 64/90;

RECOMENDA (art. 6º, XX, da LC nº 75/93)

A todos os agentes públicos (Prefeitos, Secretários Municipais, Vereadores e demais agentes públicos) e candidatos (ou pré-candidatos) que venham a realizar, ou de qualquer forma apoiar festejos em ano eleitoral, que se abstenham de realizar ou de participar de qualquer **promoção pessoal**, mediante a exposição de NOMES, IMAGENS ou VOZ de quaisquer pessoas, através de faixas, cartazes, fotografias, vídeos, gravações, recados de vocalistas de bandas, **bem como aparição pessoal em local de destaque**, enfim, quaisquer meios de divulgação que venham a ferir o **PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE** disposto no art. 37, caput, e seu parágrafo 1.º da Constituição Federal, assim como, art. 36, § 3º, da Lei Federal nº 9.504/97, bem como o **PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NAS ELEIÇÕES**.

RESSALTA que a inobservância de tais proibições poderão dar ensejo ao ajuizamento de Ação de Investigação Judicial Eleitoral – AIJE por parte do Ministério Público Eleitoral desta zona contra os responsáveis pelo seu descumprimento e beneficiários, com pedido de condenação pela prática de **abuso de poder econômico ou político**, e, conseqüentemente, sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma, nos termos dos artigos 19 e 22, inciso XIV, da Lei Complementar n.º 64/90.

Referida conduta poderá ainda configurar tipo legal de ato de improbidade administrativa, sujeitando o agente público às penas dispostas na Lei Federal nº 8.429/92, se praticada por agente público.

Pederneiras, 5 de julho de 2024.

ROSENY ZANETTA BARBOSA
Promotora Eleitoral



Documento assinado eletronicamente por **ROSENY ZANETTA BARBOSA, Promotora de Justiça**, em 05/07/2024, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei Federal 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [neste site](#), informando o código verificador **13674325** e o código CRC **90396CBD**.

